



BANCO IBM S.A.

Carta Patente nº 330.0599/76 - CNPJ 34.270.520/0001-36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. a Demonstração Financeira do segundo semestre de 2012 do Banco IBM S.A., com as respectivas Notas Explicativas com o relatório dos auditores independentes emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, com objetivo de atender às normas do Banco Central do Brasil. **1 - Atividades:** A principal estratégia e missão do Banco IBM S.A. é financiar equipamentos, software e serviços IBM através de todos os canais de vendas da IBM Brasil, bem como produtos de TI não IBM. Novas modalidades de negócios vem sendo realizadas desde o 2º semestre de 2006 como aplicação de DI e empréstimos, voltados para investimentos em tecnologia de informação dos seus clientes. **2 - Cenário Econômico:** É esperado ainda um crescimento econômico no próximo semestre, mesmo com o cenário atual. O Índice de Preços

ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou inflação no período de 5,84%. O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) acumulou inflação de 8,11% em 2012. **3 - Desempenho Operacional:** Em 31 de dezembro de 2012, o Banco IBM S.A. apresentou um patrimônio líquido de 293 milhões de reais, obtendo no 2º semestre, em seu portfólio novos contratos aceitos no montante de aproximadamente 620 milhões de reais. O valor presente do montante a receber de arrendamentos e operações de crédito totalizam 2.570 milhões de reais no final do semestre. Consoante a estratégia da administração, o lucro líquido auferido no período, deverá adicionar os lucros acumulados no exercício, que serão adicionados às reservas estatutária e legal, respeitados os limites da regulamentação. **A Administração.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)			
ATIVO	Nota	2012	2011	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2012	2011
CIRCULANTE		1.031.849	513.639	CIRCULANTE		2.101.980	1.277.098
Disponibilidades		20.453	8.410	Depósitos		1.484.296	831.823
Aplicações interfinanceiras de liquidez				Depósitos a vista		729	400
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3	373.273	186.858	Depósitos interfinanceiros	12(b)		62.275
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - carteira própria				Depósitos a prazo	12(a)	1.483.567	769.148
Quotas de fundos de investimento		1		Obrigações por empréstimos - no exterior	13	159.149	183.728
Relações interfinanceiras	5	73.952	84.499	Outras obrigações	14	458.535	261.547
Repasse Interfinanceiros		73.968	84.590	Fiscais e previdenciárias - imposto de renda, contribuição social, ISS, PIS e Cofins		36.442	42.399
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(16)	(91)	Diversas		422.093	219.148
Operações de crédito	6	144.863	65.287	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		1.869.983	1.344.832
Empréstimos e títulos descontados - setor privado		148.014	65.995	Depósitos	12(a)	1.530.114	891.290
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(3.151)	(708)	Depósitos a Prazo		1.530.114	891.290
Operações de arrendamento mercantil	7	376.641	122.016	Obrigações por empréstimos - no exterior	13	204.186	294.978
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor público		83.213	78.854	Outras obrigações	14	135.683	158.564
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado		758.904	748.228	Fiscais e previdenciárias - imposto de renda e contribuição social diferidos	16	68.973	93.103
Rendas de arrendamento a apropriar e valor residual a balancear		(837.791)	(822.128)	Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	18	56.742	52.458
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(12.066)	(19.460)	Diversas		9.968	13.003
Adiantamentos a fornecedores por conta de arrendatários	7(d)	384.381	136.522	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	293.475	248.651
Outros créditos - diversos	11	42.483	46.449	Capital social - de domiciliados no país		222.335	219.907
Imposto de renda e contribuição social a compensar		41.483	46.449	Reservas de lucros		71.140	28.744
Devedores diversos		1.591	591	Total do passivo e patrimônio líquido		4.265.438	2.870.581
Provisão outros créditos liquidação duvidosa		(591)	(591)				
Outros valores e bens		183	120				
Outros valores e bens		183	120				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.670.116	785.064				
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	3	1.039.000	449.587				
Aplicações interfinanceiras de liquidez - depósitos interfinanceiros		1.039.000	449.587				
Relações Interfinanceiras		89.736	157.559				
Repasse interfinanceiros	5	89.736	157.675				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(116)	(116)				
Operações de crédito		478.275	112.316				
Empréstimos e títulos descontados - setor privado	6	484.109	113.023				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(5.834)	(707)				
Operações de arrendamento mercantil		(6.992)	(14.427)				
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor público	7	75.168	78.421				
Arrendamentos a receber e valor residual garantido - setor privado		685.536	744.122				
Rendas de arrendamento a apropriar e valor residual a balancear		(756.796)	(817.616)				
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	8	(10.900)	(19.354)				
Outros créditos - diversos		70.097	80.029				
Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social	16	3.534	19.019				
Devedores por depósitos em garantia	18	66.563	61.010				
PERMANENTE		1.563.473	1.571.878				
Imobilizado de arrendamento	10	1.509.642	1.525.645				
Diferido		53.831	46.233				
Total do ativo		4.265.438	2.870.581				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)						
	Capital social	Aumento de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Estatutária	Legal		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2011						
Saldo em 1º de janeiro de 2011	198.665		21.242	26.189		246.096
Aumento de capital (nota 15 (b))	21.242		(21.242)			
Lucro líquido do exercício					2.555	2.555
Apropriação reservas			2.428	127	(2.555)	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	219.907		2.428	26.316		248.651
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012						
Saldo em 1º de janeiro de 2012	219.907		2.428	26.316		248.651
Aumento de capital (nota 15 (b))	2.428		(2.428)			
Lucro líquido do exercício					44.824	44.824
Apropriação reservas			42.583	2.241	(44.824)	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	222.335		42.583	28.557		293.475
Semestre findo em 31 de dezembro de 2012						
Saldo em 1º de julho de 2012	219.907		2.428	22.972	27.525	272.832
Homologação de aumento de capital (nota 15 (b))	2.428		(2.428)			
Lucro líquido do semestre					20.643	20.643
Apropriação reservas			19.611	1.032	(20.643)	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	222.335		42.583	28.557		293.475

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais)			
1. Contexto operacional: O Banco IBM S.A. ("Banco"), sociedade subsidiária integral da IBM Brasil Participações Ltda., tem como objetivo principal financiar, mediante operações de crédito e de arrendamento mercantil, os clientes de sua controladora indireta (IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.) e, consequentemente, diversas operações têm a sua co-participação ou intermediação. O banco opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de arrendamento mercantil e de investimento sendo os recursos utilizados para tais operações captados substancialmente com as entidades do Grupo IBM. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a política do grupo, tendo em vista a praticabilidade e razoabilidade de serem atribuídos às empresas. 2. Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com base nas normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN. A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem os instrumentos financeiros derivativos, o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, impostos diferidos e provisões para riscos fiscais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa essas estimativas e premissas trimestralmente. (a) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco. (b) Apuração do resultado: O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de	recebimento ou pagamento. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. (c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. (d) Arrendamentos a receber e valor residual garantido (VRG): Registrados pelo valor contratual em contrapartida às contas retificadoras de rendas de arrendamento a apropriar e valor residual a balancear. O VRG recebido antecipadamente é registrado em "Outras Obrigações - diversas" até a data de término do contrato. As rendas a apropriar de arrendamento mercantil são apropriadas ao resultado como rendas efetivas quando do vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF e suas respectivas alterações. Nas operações que apresentam atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação está vinculada ao recebimento das parcelas contratuais de acordo com a Resolução do CMN nº 2.682/99. A receita decorrente da recuperação de operações levadas anteriormente a prejuízo, está classificada na linha de Outras receitas operacionais. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de compatibilizar os registros contábeis do banco, conforme exigido pelas normas legais vigentes, às práticas contábeis estabelecidas pela Circular BACEN nº 1.429/89. (nota 7). (e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: É fundamentada mediante análise das operações efetuada pela administração, objetivando concluir quanto ao valor de realização de tais créditos, e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência e os riscos específicos e globais de cada operação, bem como as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99. Para os casos de operações de arrendamento mercantil em que o cliente apresentar atrasos temporais no pagamento das contraprestações, indicado pelo acompanhamento		

feito pelo departamento de contas a receber, e com a supervisão da Controladoria, observa-se se o cliente não apresenta problemas financeiros ou ineficiência em seu fluxo de caixa, bem como históricos de atrasos com o Banco ou com o mercado. Para a aplicação do critério de exceção prevista no artigo 2º da Resolução 2.682/99, inicialmente é realizada a análise por grupo econômico. Para o cliente de um mesmo grupo econômico que apresente faturas em atraso, mas atenda ao descrito no parágrafo anterior, este será isolado na análise da aplicação das faixas de risco de crédito e, para o contrato que apresente parcela(s) em atraso superior ou igual à 15 dias, será sempre atribuída a pior classificação de crédito dentre todos os contratos em atraso desse cliente, conforme artigo 4º da Resolução 2.682/99. Para os demais contratos, sem parcelas vencidas, desse mesmo cliente é mantida a sua classificação de crédito original. Só será considerado esse critério de exceção se a representatividade, em percentual, das parcelas em atraso, comparadas ao valor presente das operações do cliente em análise, não ultrapassar 20%.

continua

BANCO IBM S.A.

Carta Patente nº 330.0599/76 - CNPJ 34.270.520/0001-36

Acima de tudo o resultado da aplicação do critério exposto será criticado e analisado individualmente e isoladamente, assim como justificados e argumentados os casos em questão. Serão verificados enfim os pagamentos realizados no mês subsequente e, no caso de liquidada a dívida do cliente em questão, as parcelas em atraso serão desconsideradas e então retornadas as classificações de crédito originais do cliente. As movimentações dos créditos de liquidação duvidosa ocorridos no exercício estão demonstrados na nota explicativa 8. **(f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):** Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, calculados sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social estão registrados levando-se em conta as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 3.355/06 e na Circular Bacen nº 3.171/02, limitados ao saldo das obrigações tributárias diferidas decorrentes da superveniência de depreciação. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro antes do imposto de renda é calculada considerando a alíquota de 15%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941 de 2009), as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da referida Medida Provisória, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. **(g) Permanente:** Conforme Resolução CMN nº 3.617/08 os ativos objeto de arrendamento mercantil estão registrados no ativo imobilizado, demonstrados ao custo, combinado com os seguintes aspectos: • depreciação do imobilizado de arrendamento calculada com base na vida útil estimada ou de forma acelerada segundo as disposições da Portaria MF nº 140/84 e suas respectivas alterações. Os valores residuais dos contratos, ajustados pelos valores da opção de compra, são transferidos para o ativo diferido e amortizados no prazo de vida útil remanescente do bem, se devedores, ou apropriados diretamente ao resultado do trimestre, se credores; e • ajustes de superveniência/insuficiência de depreciação do imobilizado de arrendamento, equivalentes ao ajuste das operações de arrendamento mercantil ao valor presente de seus fluxos futuros, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, que está classificado na demonstração do resultado em receitas ou despesas da intermediação financeira das operações de arrendamento mercantil. O ajuste líquido de insuficiência de depreciação apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 monta a R\$ 60.325 (2011 - R\$ 89.206). **(h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.535/08 do CMN. **Ativos contingentes:** Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas (nota 18). **Passivos contingentes:** São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (nota 18). **Obrigações legais:** Fiscais e previdenciárias: decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras (nota 18). **(i) Outros ativos e passivos:** Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base "pro-rata" dia). **3. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, as aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas como segue:

	2012			2011		
	Venci-	Venci-		Venci-	Venci-	
	mento	Curto	Longo	mento	Curto	Longo
	Final	Prazo	prazo	Final	Prazo	Prazo
Banco Bradesco	2018	26.501	98.972	2015	25.865	11.595
Banco do Brasil	2018	114.902	333.919	2016	51.387	158.417
Banco Fibra	2017	12.753	25.873	2015	7.888	17.833
Banco Hsbc	2018	1.799	8.098			
Banco Itaú	2017	77.112	171.879	2015	49.824	127.076
Banco Nacional de Brasília	2017	14.795	59.180			
Banco Pactual	2018	11.384	46.629			
Banco Panamericano	2014	4.226	2.113	2014	3.847	5.772
Banco Pine	2015	374	747	2015	339	1.016
Banco Rodobens	2017	877	3.506			
Banco Safra	2018	25.327	58.073	2015	18.269	43.545
Banco Santander	2015	24.662	46.289	2015	22.758	65.472
Banco Sofisa	2014	1.305	1.302	2014	1.178	2.353
Banco Votorantim	2016	16.041	38.869			
Banrisul	2018	34.169	112.406	2015	5.503	16.508
Caixa Econômica Federal	2018	7.046	31.145			
Total		373.273	1.039.000		186.858	449.587

A remuneração média da carteira de AIL é de CDI+0,5%.

4. Instrumentos financeiros derivativos: Os instrumentos financeiros derivativos representam contratos acordados com contrapartes para administrar as exposições a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam (i) diretamente correlacionados no que se refere às alterações nos seus valores de mercado em relação aos itens que estiverem protegendo tanto no início quanto ao longo da vida dos contratos e (ii) considerados efetivos na redução dos riscos associados às exposições a serem protegidas, são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza, a saber: (i) **"Hedge" de risco de mercado:** Os ativos e passivos financeiros e os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado. (ii) **"Hedge" de fluxo de caixa:** A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas não realizados, deduzidos dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no patrimônio líquido. O banco participa de operações de "swap" que se destinam a reduzir a exposição de suas captações aos riscos de taxas de juros e de moeda. A administração desses riscos é efetuada através de políticas que definem as estratégias de operação, bem como os controles de acompanhamento e definição dos limites de posição. Contratos de "swap" de taxa de juros são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras pelo diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente), aplicados sobre um valor referencial de principal. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não havia operações de "swap" em aberto.

5. Repasses Interfinanceiros: As operações de repasses interfinanceiros são compostas substancialmente por operações de empréstimos, com recursos provenientes da Resolução 2.770.

Atividade econômica	Percentual de provisão Res. 2.682/99	Nível de risco	2012		2011	
			Valor para perdas	Provisão	Valor para perdas	Provisão
Instituições financeiras		AA	160.414		200.797	
Instituições financeiras	0,5%	A	3.290	(16)	41.468	(207)
			<u>163.704</u>	<u>(16)</u>	<u>242.265</u>	<u>(207)</u>
Circulante			73.968	(16)	84.590	(91)
Longo prazo			<u>89.736</u>	<u>(16)</u>	<u>157.675</u>	<u>(116)</u>

6. Operações de crédito: Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, as operações de crédito são compostas substancialmente por operações de empréstimos, com recursos provenientes das Resoluções 2.770 e 2.921.

Atividade econômica	Percentual de provisão Res. 2.682/99	Nível de risco	2012		2011	
			Valor para perdas	Provisão	Valor para perdas	Provisão
Serviços		AA	1.807		5.443	
	0,5%	A	420.184	(2.101)	154.503	(772)
	1,0%	B	4.124	(41)	6.052	(61)
	3,0%	C	35.820	(1.075)		
	10,0%	D	1.990	(199)		
	100,0%	H	4.625	(4.625)		
Comércio		AA	116.047			
	0,5%	A	14.825	(74)	1	
	1,0%	B	5.269	(53)	4.045	(40)
	3,0%	C	8.081	(242)	5.077	(152)
	10,0%	D	3.685	(369)	2.168	(217)
Industria		A	708	(4)		
	1,0%	B	3.025	(30)		
	3,0%	C	4.515	(135)		
	10,0%	D			1.729	(173)
Habitação		A	7.418	(37)		
			<u>632.123</u>	<u>(8.985)</u>	<u>179.018</u>	<u>(1.415)</u>
Circulante			<u>148.014</u>	<u>(3.151)</u>	<u>65.995</u>	<u>(708)</u>
Longo prazo			<u>484.109</u>	<u>(5.834)</u>	<u>113.023</u>	<u>(707)</u>

7. Operações de arrendamento mercantil: Os contratos de arrendamento têm cláusula de não-cancelamento e de opção de compra e são pactuados com cláusulas de correção monetária prefixada ou pós-fixada, ou de variação cambial e de repactuação periódica das taxas de juros, quando aplicável. Os arrendamentos a receber são garantidos pelos próprios bens objeto de arrendamento e os contratos contêm cláusula de seguro obrigatório a favor do banco. As operações de arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser demonstradas como segue:

(a) Clientes pessoa jurídica por atividade econômica e nível de risco

Atividade econômica	Percentual de provisão Res. 2.682/99	Nível de risco	2012		2011	
			Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente
Indústria		AA	137.803	133.587	98.767	95.748
	0,5%	A	39.260	38.059	50.710	49.160
	1,0%	B	42.442	41.143	22.173	21.495
	3,0%	C	10.548	10.225	9.571	9.279
	10,0%	D	10.061	9.753	9.539	9.247
	30,0%	E	2.732	2.648	771	748
	50,0%	F	3.470	3.364	3.023	2.930
	70,0%	G			318	309
	100,0%	H	632	612	3.997	3.874
Comércio		AA	1.231	1.194		
	0,5%	A	41.474	40.205	113.802	110.323
	1,0%	B	71.739	69.544	20.952	20.311
	3,0%	C	17.492	16.957	8.449	8.191
	10,0%	D	13.437	13.026	8.478	8.219
	30,0%	E	303	294	1.969	1.908
	100,0%	H	74	72	20.695	20.063
Instituições financeiras		AA	843.053	817.261	961.281	931.890
	0,5%	A	19.844	19.237	34.427	33.374
	1,0%	B	47.554	46.099	23.937	23.205
	3,0%	C	9.417	9.129	11.735	11.376
	10,0%	D	36	35	120	116
	30,0%	E	4.606	4.466	(1.340)	
	100,0%	H	32	31	(31)	
Rural		C	892	864	649	628
	3,0%	D	1.497	1.451	3.438	3.331
	10,0%	E	220	213		
Serviços		AA	45.222	43.838	6.865	6.653
	0,5%	A	60.717	58.860	119.484	115.831
	1,0%	B	84.476	81.892	36.816	35.691
	3,0%	C	48.231	46.755	2.172	2.125
	10,0%	D	22.407	21.721	13.386	12.977
	30,0%	E	20.114	19.499	5.435	5.269
	50,0%	F	728	706	23	23
	70,0%	G	986	956	14	14
	100,0%	H	91	89	2.219	2.152
			<u>1.602.821</u>	<u>1.553.785</u>	<u>(21.929)</u>	<u>1.614.468</u>
						<u>1.565.105</u>
						<u>(37.615)</u>

(b) Parcelas dos contratos por faixa de vencimento - valor presente

	Vencidas					Total
	Até 60 dias	Entre 61 e 180 dias	Após 181 dias	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	
2012	8.197	997	191	452.497	354.472	737.431
2011	9.852	979	785	433.588	339.501	780.400

(c) Composição do valor presente

	2012	2011
Arrendamentos a receber e valor residual garantido		
Setor público	158.381	157.275
Setor privado	1.444.440	1.492.350
Rendas de arrendamento a apropriar e valor residual residual a balacear	(1.594.587)	(1.639.744)
Total de bens arrendados (nota 10)	3.278.427	2.950.150
Depreciação acumulada (nota 10)	(1.941.277)	(1.657.322)
Superveniência de depreciação (nota 10)	172.492	232.817
Diferido (perdas em arrendamento a amortizar)	53.831	46.233
Credores por antecipação do valor residual (nota 14)	(17.922)	(16.652)
	<u>1.553.785</u>	<u>1.565.105</u>

(d) Adiantamentos a fornecedores por conta de arrendatários: Referem-se a adiantamentos parciais a fornecedores antes do início dos contratos de arrendamento incluídos na rubrica "Arrendamentos e subarrendamentos a receber". Em 31 de dezembro de 2012, estavam compostos, substancialmente, por compromissos com os clientes Itaú e Petrobras, entre outros, no valor de R\$ 384.381 (2011 - R\$ 136.522) cujos contratos de arrendamento terão início previsto no primeiro trimestre de 2013. A constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa segue os requisitos da Res. CMN nº 2.682/99 e nessa mesma data monta a R\$ 1.037 (2011 - R\$ 1.199). **8. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A Resolução CMN nº 2.682/99, introduziu parâmetros para a classificação das operações de crédito e de arrendamento e constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os principais são: • As operações de crédito e de arrendamento são classificadas em nove níveis de riscos. • A provisão para operações de crédito e de arrendamentos de liquidação duvidosa é efetuada com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução. Essa classificação leva em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada conforme descrito na nota 2 (e) e está demonstrada conforme quadro abaixo:

	2012	2011
Saldo inicial	41.027	16.124
Constituição (reversão) de provisão	(8.469)	24.903
Saldo final	<u>32.558</u>	<u>41.027</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 houve créditos baixados contra a provisão no valor de R\$ 188 (2011 - R\$ 1.055) e não houve recuperação de créditos baixados em exercícios anteriores. **9. Operações vinculadas:** Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os saldos das operações

ativas vinculadas e da correspondente captação de recursos, nos termos da Resolução nº 2.921/02 do CMN, bem como os correspondentes resultados apurados nos exercícios findos nessas datas, estão assim representados:

	2012		2011	
	Ativo/passivo	Receita/despesa	Ativo/passivo	Receita/despesa
Operações ativas de arrendamento mercantil (i)	930.204	103.571	954.675	112.101
Aplicações Interfinanceiras	1.189.516	70.467	496.815	20.672
Operações de crédito	516.841	37.523	298.211	16.490
	<u>2.636.561</u>	<u>211.561</u>	<u>1.749.701</u>	<u>149.263</u>
Captações de recursos				
Depósitos a prazo	(2.509.824)	(153.717)	(1.409.156)	(68.886)
Empréstimos no exterior	(230.446)	(27.168)	(375.529)	(21.165)
	<u>(2.740.270)</u>	<u>(180.885)</u>	<u>(1.784.685)</u>	<u>(90.051)</u>

(i) Apresentadas pelo valor presente.

Em 31 de dezembro de 2012, havia inadimplência nas operações ativas vinculadas de arrendamento mercantil e operações de crédito que foram integralmente liquidadas ao longo de Janeiro de 2013. Em 31 de dezembro de 2011, havia inadimplência nas operações ativas vinculadas de arrendamento mercantil e operações de crédito que foram integralmente liquidadas ao longo de Janeiro de 2012.

10. Imobilizado de arrendamento

	2012	2011
Máquinas e equipamentos	3.278.427	2.950.150
Depreciação acumulada	(1.941.277)	(1.657.322)
Superveniência de depreciação	172.492	232.817
	<u>1.509.642</u>	<u>1.525.645</u>

O imobilizado de arrendamento está segurado pelos arrendatários em favor do Banco, conforme estabelecido em cláusula contratual.

11. Outros créditos

	2012		2011	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo



BANCO IBM S.A.

Carta Patente nº 330.0599/76 - CNPJ 34.270.520/0001-36

12. Depósitos: (a) Depósitos a prazo: O Banco capta recursos por meio da emissão de recibos de depósito bancário para sua controladora indireta (IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda.), os quais estão substancialmente vinculados ao recebimento de parcelas de contratos de arrendamento mercantil e de aplicações interfinanceiras de liquidez efetivadas com recursos originados destes depósitos, nos termos da Resolução do CMN nº 2.921/02 (nota 9). Os depósitos são remunerados pela variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI ou a taxas prefixadas.

Vencimento final	2012		2011	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
2012			178.892	
2013	485.082		4.673	50.515
2014	142.808	54.888	147.265	113.142
2015	286.314	215.349	244.045	384.140
2016	227.364	300.492	164.664	240.611
2017	286.754	720.352	29.609	102.882
2018	36.319	137.743		
2019	-	-		
2020	18.926	101.290		
	<u>1.483.567</u>	<u>1.530.114</u>	<u>769.148</u>	<u>891.290</u>

(b) Depósitos interfinanceiros: Em 31 de dezembro de 2012, o Banco não apresentava captações em depósitos interbancários em aberto. Em 31 de dezembro de 2011, o Banco apresentava captações em depósitos interbancários no valor de R\$ 62.275, com vencimento em 02 de janeiro de 2012. **13. Obrigações por empréstimos no exterior:** As obrigações por empréstimos no exterior no montante de R\$ 363.335 (2011 - R\$ 478.706), equivalentes a US\$ 177 milhões (2011 - US\$ 256 milhões), incluem captações através de *Floating Rate Notes*, sendo parte dessas operações vinculadas as operações ativas conforme Resolução nº 2.921 (nota 9) e têm vencimentos em até sete anos e juros pré de até 2,2% ao ano acrescidos da variação do CDI ou em dólar, estando composta da seguinte forma:

Empréstimo	2012		2011	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
IBM Int. Treasury Serv. Company				
Dólar	8.947	62.625	13.268	16.546
CDI	<u>150.202</u>	<u>141.561</u>	<u>170.460</u>	<u>278.432</u>
	<u>159.149</u>	<u>204.186</u>	<u>183.728</u>	<u>294.978</u>

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte fluxo de pagamento:

Vencimento	2012		2011	
2013			157.885	
2014		70.160	75.202	
2015		42.819	49.214	
2016		17.542	12.677	
2017		70.667		
2018				
2019		2.998		
		<u>204.186</u>	<u>294.978</u>	

As despesas com essas operações no exercício de 2012 totalizam R\$ 34.252 (2011 - R\$ 48.910) registrada na rubrica de despesas com empréstimos, cessões e repasses.

14. Outras obrigações

	2012		2011	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Fiscais e previdenciárias				
Impostos e contribuições a recolher	36.442		42.399	
Obrigações fiscais diferidas (c) (nota 16)		68.973		93.103
Provisões para riscos fiscais e passivos contingentes				
Provisões para riscos fiscais (nota 18)		55.168		50.220
Provisões para passivos contingentes (nota 18)		1.574		2.238
Diversas				
Fornecedores - partes relacionadas (a)	392.824		161.777	
Fornecedores - não IBM (b)	20.460		52.438	
Credores por antecipação de valor residual				
Contratos em aberto	7.954	6.233	3.649	9.268
Contingente		3.735		3.735
Credores diversos - país	855		1.284	
	<u>458.535</u>	<u>135.683</u>	<u>261.547</u>	<u>158.564</u>

(a) Fornecedores - partes relacionadas referem-se a valores a pagar à IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda. por fornecimento de máquinas e equipamentos para arrendamento, prestação de serviços de assessoria administrativa, financeira, fiscal e societária além de aluguel do espaço físico utilizado. O pagamento pela prestação de serviços e aluguel é mensal, seguindo o contrato vigente. O total das despesas de prestação de serviços e aluguel registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 montou a R\$ 19.503 (2011 - R\$ 16.568) e está classificado na demonstração de resultado na rubrica de Despesas administrativas. (b) Fornecedores não IBM referem-se a valores a pagar aos outros fornecedores, que não seja IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços Ltda. por fornecimento de máquinas e equipamentos para arrendamento. (c) Obrigações fiscais diferidas decorrem da superveniência de depreciação (nota 10) e foram apuradas conforme descrito na nota 2(g). **15. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Representado em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 por 168.295.345 ações sem valor nominal, sendo 163.437.345 ações ordinárias e 4.858.000 ações preferenciais. (b) **Aumento de capital:** Em 30 de abril de 2012 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aumento de capital do Banco de R\$ 2.428 sem emissão de novas ações, considerando a utilização do saldo existente em 31 de dezembro de 2011 da Reserva Estatutária. A ata foi homologada pelo Banco Central em 14 de setembro de 2012. Em 12 de abril de 2011 foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aumento de capital do Banco de R\$ 21.242 sem emissão de novas ações, considerando a utilização

do saldo existente em 31 de dezembro de 2010 da Reserva Estatutária. Este aumento foi homologado pelo Banco Central do Brasil em 12 de julho de 2011. (c) **Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada balanço nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. (d) **Reserva estatutária:** Reserva destinada a assegurar adequada margem operacional do Banco. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o saldo apresentado na rubrica Lucros acumulados foi integralmente apropriado a esta reserva deduzida da parcela apropriada à reserva legal. (e) **Dividendos:** O estatuto assegura um dividendo mínimo obrigatório anual de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, bem como dispõe que o Banco poderá declarar, por deliberação da diretoria, dividendos intermediários à conta do lucro apurado em balanços mensais, bimestrais ou semestrais. As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação do banco, e direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. A administração está propondo aos acionistas, baseado em manifestação formal destes, a não distribuição de dividendos, para reaplicação integral dos recursos nas atividades do Banco. **16. Imposto de renda e contribuição social:** Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a conciliação entre os valores apurados, conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado dos exercícios findos nessas datas, pode ser resumida da seguinte forma:

Corrente	2012		2011	
	Impos- to de renda social	Contri- buição social	Impos- to de renda social	Contri- buição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro	71.237	71.237	25.906	25.906
Adição da insuficiência de depreciação	60.325	60.325	89.206	89.206
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(8.469)	(8.469)	24.903	24.903
Adição depósito judicial (PIS e Cofins)	4.694	4.694	4.030	4.030
Adição de contratos em atraso - reversão da renda de contratos com parcelas vencidas a mais de 60 dias	(587)	(587)	836	836
Provisão para contingências	1.115	1.115		
Incentivos fiscais	754	754		
Demais adições líquidas	404	404	2.553	2.553
Demais exclusões líquidas	(425)	(425)	(317)	(317)
Lucro tributável antes da compensação do prejuízo fiscal e base negativa de CS	<u>129.048</u>	<u>129.048</u>	<u>147.117</u>	<u>147.117</u>
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social	(38.714)	(38.714)	(44.135)	(44.135)
Base de cálculo	<u>90.334</u>	<u>90.334</u>	<u>102.982</u>	<u>102.982</u>
Alíquota nominal	15%	15%	15%	15%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	13.550	13.550	15.447	15.447
Dedução com incentivo fiscal	(754)			
Base de cálculo para IR adicional	90.094		102.742	
Alíquota nominal	10%		10%	
Imposto de renda adicional	9.009		10.274	
Ajustes contábeis de exercício anterior	(350)	(127)		
Total de IR e CS - corrente	<u>(21.455)</u>	<u>(13.423)</u>	<u>(25.721)</u>	<u>(15.447)</u>
Diferido				
Reversão de obrigação fiscal diferida sobre insuficiência de depreciação	15.081	9.049	22.301	13.381
Reversão de crédito tributário sobre prejuízo fiscal e Contribuição social	(9.678)	(5.807)	(11.034)	(6.620)
Ajustes contábeis de exercício anterior	(113)	(67)	(211)	
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	<u>5.290</u>	<u>3.175</u>	<u>11.056</u>	<u>6.761</u>
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>(16.165)</u>	<u>(10.248)</u>	<u>(14.665)</u>	<u>(8.686)</u>

A movimentação do crédito tributário e das obrigações tributárias diferidas referentes aos exercícios de 2012 e de 2011, é assim demonstrada:

	2012		2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo inicial	19.019	93.103	36.673	128.785
Reversão no exercício	(15.665)	(24.130)	(17.654)	(35.682)
	<u>3.534</u>	<u>68.973</u>	<u>19.019</u>	<u>93.103</u>

(a) Em adição ao valor do crédito tributário acima, sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, o Banco detém parcela de crédito tributário decorrente de diferenças temporárias, a qual não encontra-se reconhecida contabilmente, considerando-se as atuais expectativas de realização da administração.

17. Gerenciamento de risco e capital: (a) Risco de mercado: A política do Banco é de "match funding" minimizando assim a necessidade de utilização de derivativos para proteção dos ativos e passivos expostos a variações de moeda e de taxa de juros. Há acompanhamento dessas exposições por meio de metodologia própria, em que são utilizados preços e taxas divulgados no mercado, e há revisões mensais da diretoria de Tesouraria. Em 2012 e 2011, não havia posição com derivativos em aberto para proteção de seus ativos da variação cambial. Em cumprimento à Resolução nº 3.464/2007, o Banco IBM torna pública a Estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado, cujo relatório poderá ser acessado no seguinte endereço: Avenida Pasteur, nº 138/146 - 7º andar, parte A. (b) **Risco de liquidez:** Eventuais riscos de liquidez são gerenciados principalmente pela negociação prévia de empréstimos de longo prazo que são protegidos de risco de mercado, segundo a política descrita anteriormente. O Banco também mantém o montante de recursos próprios (patrimônio líquido) conservadoramente compatível com o volume de suas operações, monitorando assim sua liquidez. Em cumprimento à Resolução nº 4.090/2012, o Banco IBM torna pública a Estrutura de Gerenciamento do Risco de Liquidez, cujo relatório poderá ser acessado no seguinte endereço: Avenida Pasteur, nº 138/146 - 7º andar, parte A.

(c) **Risco de crédito:** A política de concessão de crédito do Banco, estabelece os procedimentos de avaliação de clientes e contrapartes de operações. A avaliação de cada cliente ou contraparte é efetuada previamente à realização de operações e contempla análises objetivas de dados financeiros, índices comparativos, fluxo de caixa, capital de giro, cobertura de juros e qualidade das garantias oferecidas, bem como análises subjetivas, contemplando dados do setor econômico, ambiente regulatório e participação no mercado. O relatório com a Estrutura de Gerenciamento do Risco de Crédito poderá ser acessado no seguinte endereço: Avenida Pasteur, nº 138/146 - 7º andar, parte A. (d) **Risco operacional:** O Banco, em cumprimento ao disposto no artigo 4º, §2º, da Resolução nº 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional, tornou público resumo de sua estrutura de gerenciamento do Risco Operacional. A estrutura engloba políticas institucionais, de processos e procedimentos, de sistemas e plano de contingência para ocorrência de eventos externos, contém, ainda, organograma. O inteiro teor da Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional e relatório implementada pelo Banco é de acesso público e poderá ser acessado no seguinte endereço: Avenida Pasteur, nº 138/146 - 7º andar, parte A. (e) **Gerenciamento de capital:** O Banco, em cumprimento com a Resolução 3.988 de 30 de junho de 2011 tornou pública a implementação da estrutura de Gerenciamento de Capital, cuja política apresenta o conjunto de princípios que norteiam a estratégia do Banco no controle e gerenciamento de capital. O Diretor de Operações foi indicado como responsável por esta área junto ao UNICAD. O relatório com a Estrutura de Gerenciamento de capital poderá ser acessado no seguinte endereço: Avenida Pasteur, nº 138/146 - 7º andar, parte A. **18. Contingências:** O Banco possui processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, como autor e réu. A administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos internos e externos, provisiona integralmente os processos, cujo risco de perda seja classificado como provável. Dessa forma, tem sido adotado, para as ações de natureza tributária, o procedimento de depositar em juízo os valores envolvidos e constituir a respectiva provisão para riscos fiscais, como abaixo demonstrado, os quais estão apresentados no balanço patrimonial no longo prazo nas rubricas "Outros créditos - Diversos" (nota 11) e "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias" (nota 14), respectivamente. O Banco também foi acionado judicialmente em ações cíveis, principalmente a: (i) danos morais e materiais relacionados; (ii) ações de concordata e/ou falência e (iii) planos econômicos instituídos no passado pelo governo brasileiro. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas para processos específicos com base na opinião de assessores jurídicos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

Obrigações legais	2012		2011	
	Depósitos em garantia	Provisão para riscos fiscais	Depósitos em garantia	Provisão para riscos fiscais
PIS (c)	25.587	24.982	20.034	20.034
CSLL	28.468	28.468	28.468	28.468
CIDEL (a)	1.718	1.718	1.718	1.718
Outros (b)	<u>10.790</u>	<u>10.790</u>	<u>10.790</u>	<u>10.790</u>
	<u>66.563</u>	<u>55.168</u>	<u>61.010</u>	<u>50.220</u>

Cíveis
Outros: 1.574 (2012) / 2.238 (2011)

Total geral: 66.563 (2012) / 56.742 (2011) / 61.010 (2011) / 52.458 (2010)

(a) Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. (b) Refere-se substancialmente a depósitos judiciais no montante de R\$ 10,7 milhões, sobre autos de infração para os quais a administração e seus consultores jurídicos internos e externos entendem que os mesmos não são aplicáveis e têm expectativa de perda remota, exceto pelo processo relativo a CSLL com depósito judicial no valor de R\$ 3,2 milhões, cujo o risco de perda está classificado como possível. (c) A diferença refere-se ao valor de R\$ 605 depositado a maior em agosto de 2012.

A administração, com base na avaliação dos seus assessores jurídicos internos e externos, quando a probabilidade de perda é possível, não constitui provisões para contingências. Os processos relevantes avaliados como risco de perda possível, não provisionados, referem-se primordialmente a processos cíveis sobre danos morais e materiais e montam a R\$ 735 (2011 - R\$ 680). **19. Partes relacionadas:** O Banco IBM S.A. tem como controladora direta a IBM Participações LTDA, que por sua vez tem a IBM Brasil Indústria, Máquinas e Serviços LTDA, como sua controladora direta. O Banco IBM mantém com sua controladora indireta, IBM Brasil Indústria, Máquinas e Serviços LTDA., as seguintes transações: (a) Contratação de prestação de serviços e aluguel de imóvel (nota 14); (b) Obrigações por compra de máquinas e equipamentos para operações de arrendamento (nota 14); (c) Captação de recursos por meio da emissão de recibos de depósito bancário (nota 12) e *floating rates notes* (nota 13). **20. Outras receitas/despesas operacionais:** Outras receitas e outras despesas operacionais do semestre e exercícios, estão compostas como segue:

Outras receitas operacionais	2º Semestre de 2012		Exercício 2012		Exercício 2011	
	de 2012	2012	2012	2011	2011	2010
Taxa equalização de contratos de arrendamento ("RBD")			6.487	8.246	9.778	
Recuperação de depósitos judiciais					335	
Juros de faturas em atraso			186	186		
Ajustes operacionais			310	927		
Outros			<u>204</u>	<u>362</u>	<u>641</u>	
			<u>7.187</u>	<u>9.721</u>	<u>10.754</u>	
Outras despesas operacionais						
Ajustes operacionais de arrendamento			(159)	(723)	(2.403)	
Impostos retidos não recuperáveis					(733)	
Complemento de provisão para contingência			(581)	(1.115)		
Outros			<u>(35)</u>	<u>(274)</u>	<u>(208)</u>	
			<u>(775)</u>	<u>(2.112)</u>	<u>(3.344)</u>	

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

Antonio Rascão
Diretor Presidente

Ana Paula Giuntini Zamper
Diretora Superintendente

Rossana U. Azevedo
Diretora Financeira

Ronaldo Tostes Salgueiro
Diretor Tesoureiro

Antonio Ramos
Diretor de Operações

Augusto Cesar dos Santos Valente - Contador - CRC RJ-087256/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Banco IBM S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco IBM S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Nossa auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não

para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Base para a ressalva:** O Banco registra suas operações e elabora suas demonstrações financeiras com a observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência/insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 2(g)). Essas práticas não requerem a classificação das operações nas rubricas dos ativos circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de operações de arrendamento mercantil, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Opinião:** Em nossa opinião, exceto pela falta de reclassificação das operações de arrendamento mercantil mencionada no parágrafo acima, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco IBM S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

João Manoel dos Santos
Contador CRC 1RJ054092/O-0